



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESA. HELENA CAULA REIS

HABEAS CORPUS Nº 201420-0 - BARREIROS (Vara Única).

IMPETRANTE: Dr. Glauco de Almeida Gonçalves Filho.

PACIENTE: Jefferson Crisplm da Silva.

RELATORA: Desa. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

098

**EMENTA:** Constitucional. Penal. Processual Penal. Habeas Corpus preventivo. Paciente denunciado, como incurso nas penas do art. 157, § 2º, inciso I e II, art. 158, § 3º, na forma do art. 29, todos do Código Penal Brasileiro. Alegação de constrangimento ilegal pela decretação de decreto preventivo, sob o manto de ausência de indícios de autoria, dos requisitos autorizadores da medida constritiva, além da portabilidade de condições pessoais favoráveis. A via estreita do habeas corpus não comporta o exame aprofundado e valorativo de prova, o que deverá ser feito na própria ação penal já iniciada, através dos atos instrutórios cabíveis. Para a decretação da prisão preventiva não exige a lei certeza da autoria, como necessária à condenação, contentando-se apenas com existência de indícios. Decreto preventivo, suficientemente, arrazado, sobretudo para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal. Evasão do paciente do distrito da culpa. Planejamento de futura prática de outros delitos de mesma espécie. Condições favoráveis não são suficientes para revogar a prisão preventiva (Precedentes STF e STJ). Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas Corpus nº 201420-0 da Vara Única da Comarca de Barreiros, em que figuram, como impetrante, o Dr. Glauco de Almeida Gonçalves Filho, e, como paciente, Jefferson Crisplm da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia 09 de dezembro de 2009, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo consoante consta do relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 09 de dezembro de 2009.

Des. Antônio de Melo Lima  
Presidente

Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho  
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESA. HELENA CAÚLA REIS

HABEAS CORPUS Nº 201420-0 - BARREIROS (Vara Única).

IMPETRANTE: Dr. Glauco de Almeida Gonçalves Filho.

PACIENTE: **Jefferson Crispim da Silva**.

099

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de pedido de ordem de *habeas corpus* preventivo, ajuizado pelo Dr. Glauco de Almeida Gonçalves Filho, em benefício de **Jefferson Crispim da Silva**, qualificado às fls. 02, requerendo, liminarmente, expedição de salvo-conduto.

A autoridade indicada como coatora é o Juízo da Vara Única da Comarca de Barreiros.

Depreende dos autos que o paciente está sendo processado, como incurso nas penas do art. 157, § 2º, inciso I e II, art. 158, § 3º, na forma do art. 29, todos do Código Penal Brasileiro.

Através do presente *writ* sustenta, em síntese, o impetrante a ausência de indícios suficientes de que o paciente participou da empreitada criminosa, a não configuração de quaisquer dos motivos ensejadores da decretação de sua custódia cautelar. Ressalta, ainda, que o mesmo é réu primário e possui residência fixa.

A Inicial veio acompanhada de documentos (fls. 12/184).

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 188/189).

A autoridade impetrada prestou as informações solicitadas (fls. 196/197).

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça ofereceu o parecer, da lavra da Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, opinando pelo não conhecimento do pedido quanto à negativa de autoria, e, pela denegação da ordem, com relação aos demais fundamentos (fls. 203/206).

Tendo em vista que fui convocado para substituir a Des. Helena Caúla Reis, por esta se encontrar em período de férias regulamentares, passo a atuar no presente feito.

É o que importa relatar.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESA. HELENA CAÚLA REIS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PE - 22/9

VOTO DO RELATOR

100

Conforme relatado, trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* preventivo, manejado em favor de **Jefferson Crispim da Silva**, no qual é apontada como autoridade coatora o Juízo da Vara Única da Comarca de Barreiros/PE.

O impetrante alega que o paciente não participou do evento delituoso, assim como sustenta a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva e as suas condições pessoais favoráveis.

Ao informar este presente *mandamus*, o Juiz de 1º grau esclarece que, o paciente foi denunciado, por ter, juntamente com **Edmilson dos Santos Reis e Oziel Uno da Silva**, mediante grave ameaça, praticado assalto e seqüestro relâmpago, fato ocorrido naquele Município, no dia 01 de julho 2009. Relata, em síntese, que, ficaram constatados a materialidade do crime, bem como os indícios suficientes da autoria, através da prova produzida, via escutas telefônicas.

Outrossim, aduz que, a requerimento da autoridade policial, decretou a prisão temporária dos três acusados, posteriormente, convertida em preventiva.

Por fim, registra que, somente, foi cumprida a prisão dos acusados **Edmilson e Oziel**, encontrando-se **Jefferson Crispim da Silva**, ora paciente, foragido, reforçando a necessidade da manutenção do decreto constritivo, como garantia da aplicação da lei penal. Finalmente, justifica que, a necessidade da manutenção da custódia preventiva do paciente, igualmente, funda-se na garantia da ordem pública, em face das confissões dos réus presos, asseverando o planejamento de novos delitos, de mesma espécie, na Cidade de Barreiros/PE.

Diante do que restou esclarecido, afigura-se improcedente o primeiro argumento utilizado pelo impetrante, na tentativa de revogar o decreto de custódia preventiva, qual seja a ausência de indícios suficientes de autoria.

É que, a despeito de inviabilizado, em sede de *habeas corpus*, o exame aprofundado de matéria probatória, não há como deixar de reconhecer que, *in casu*, os elementos indiciários, já verificados, são suficientes a configurar a justa causa para a ação penal.

Como é cediço, tanto para o recebimento da acusação quanto para a decretação da prisão preventiva, não exige a lei certeza da autoria, como necessário à condenação, contentando-se apenas com indícios e, esses, não há dúvida, estão presentes na hipótese *sub examine*.

Nesse sentido é a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal:

"Sendo o fato considerado criminoso e havendo indícios de autoria, não se cogita de falta de justa causa. O *habeas corpus* só é meio idôneo para trancar a ação



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESA. HELENA CAULA REIS

101



penal quando o fato não é tipificado nas leis repressivas como crime ou contravenção, ou quando a inocência do acusado seja evidente sem o exame aprofundado da prova" (STF, 2ª Turma, Rel. Min. Paulo Brossard, DJU 12.6.92, p. 9028).

E, mais:

*"Prisão preventiva. Prova bastante da existência do crime e suficientes indícios de autoria, para efeito de tal prisão. Não se pode exigir, para esta, a mesma certeza que se exige para a condenação. Princípio da confiança nos juízes próximos das provas em causa, dos fatos e das provas, assim, como meios de convicção mais seguros do que os juízes distantes. O in dubio pro reu vale ao ter o juiz que absolver ou condenar, não, porém, ao decidir se decreta, ou não, a custódia preventiva"* (RTJ 64/77).

De mais a mais, a certeza da participação ou não do paciente no crime em testilha, somente poderá ser verificada por ocasião do julgamento da ação penal, através do cotejo dos elementos probatórios trazidos aos autos. Por ora, para o prosseguimento da ação penal e manutenção da decisão segregatória, basta a verificação dos indícios.

Outrossim, anoto que o decreto prisional, acostado por cópia (fls.130/133) ao contrário do alegado na inicial, encontra-se, suficientemente, fundamentado, posto que nele, o Magistrado faz expressa referência à necessidade da segregação de **Jefferson Crispim da Silva**, sobretudo, como medida indispensável à aplicação da lei penal e para garantia da ordem pública, tendo em vista encontrar-se evadido do distrito da culpa, bem assim pela revelação, feita pelos co-acusados segregados, dando conta do planejamento, pelo trio criminoso, para prática de várias outras ações delituosas, de mesma natureza.

Nessas circunstâncias, as alegadas condições favoráveis ao paciente, não têm a capacidade de revogar a medida, que, como dito, encontra-se, suficientemente, fundada nas hipóteses legais do Código de Processo Penal.

Sobre o assunto, os seguintes julgados:

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA DEMONSTRADA. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RÉU QUE PERMANECEU POR MAIS DE UMA ANO FORAGIDO DA JUSTIÇA PÚBLICA.**

1. A prisão preventiva, mantida em sede de pronúncia, foi satisfatoriamente motivada ao afirmar a necessidade da segregação do acusado para se preservar a ordem pública, em razão de sua periculosidade, evidenciada pelas circunstâncias



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESA. HELENA CAÚLA REIS

102



do crime e pelo temor das testemunhas, bem como para assegurar a futura aplicação da lei penal, diante da fuga do distrito da culpa.

2. Descabe conhecer do pedido de extensão da sentença absolutória proferida em favor do co-réu, porque, além de usurpar a competência constitucional do Tribunal do Júri, o atendimento do pleito demanda reexame de provas, sabidamente incabível na via eleita.

3. Recurso parcialmente conhecido e desprovido." (STJ - RHC 22467 / RJ; Relatora Ministra LAURITA VAZ; Órgão Julgador: QUINTA TURMA; Data do julgamento: 15/05/2008).

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. LATROCÍNIO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA ANULADA. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELO TRIBUNAL A QUO. FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. DECRETO CONSTITUTIVO JUSTIFICADO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. DENEGAÇÃO DO WRIT.

1. A proximidade do encerramento do prazo prescricional e a fuga do réu, são motivações idôneas, capazes de justificar o decreto constitutivo, para resguardar a ordem pública e assegurar a regular instrução criminal. Precedentes do STF e do STJ

2. As condições subjetivas favoráveis do paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si só, não obstam a segregação cautelar, quando preenchidos seus pressupostos legais.

3. O Habeas Corpus não se revela a via própria para o exame da negativa de autoria, diante da necessidade de dilação probatória. Precedentes.

Habeas Corpus denegado, em conformidade com o parecer do MPF." (STJ - HC 84719 / ES. Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 27/03/2008).

"É fundamento para a preservação da prisão preventiva o fato de o acusado haver empreendido fuga quando preso preventivamente, deixando o distrito da culpa. PRISÃO PREVENTIVA". (STF - HC 89021 / SP; Órgão Julgador: Primeira Turma; Relator: Min. Marco Aurélio; Julgamento: 06/02/2007; Fonte: DJ 13-04-2007).

"A fuga do réu do distrito da culpa, é causa suficiente, por si só, para justificar a decretação da prisão preventiva como forma de garantia do cumprimento da lei



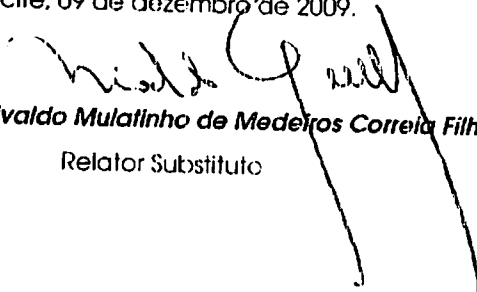
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**GABINETE DESA. HELENA CAULA REIS**

103

pena". (STJ - HC 59.817/DF; Órgão Julgador: Quinta Turma; Rel. Ministra Laurita Vaz;  
Data do julgamento: 13.03.2007, DJ 16.04.2007 p. 220).

Por derradeiro, diante do que foi proferido, voto pela denegação da ordem, em  
total conformidade com o parecer da Procuradoria de Justiça.

Recife, 09 de dezembro de 2009.

  
Des. **Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho**

Relator Substituto